# Demonstrações Financeiras (Individuais e Consolidadas)

Arezzo Indústria e Comércio S.A.

31 de dezembro de 2017 e 2016 com Relatório dos Auditores Independentes

# Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

# Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniaisBalanços patrimoniais	1
Demonstrações dos resultados	
Demonstrações dos resultados abrangentes	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	
Demonstrações do valor adicionado	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	

Balanço patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	Contro	oladora	Consolidado			
Ativo	explicativa	2017	2016	2017	2016		
Ativo circulante	•						
Caixa e bancos	5	4.262	81	10.156	5.020		
Aplicações financeiras	6	298.951	198.310	327.764	237.824		
Contas a receber de clientes	7	250.299	244.979	336.954	315.304		
Estoques	8	36.267	39.559	113.489	110.478		
Impostos a recuperar	9	36.850	15.352	51.127	22.562		
Outros créditos	10	13.741	11.291	15.747	15.041		
Total do ativo circulante		640.370	509.572	855.237	706.229		
Ativo não circulante							
Realizável a longo prazo							
Contas a receber de clientes	7	11.490	13.676	11.490	13.676		
Partes relacionadas	12	18.236	40.998	-	-		
Depósitos judiciais	20	12.556	10.361	19.117	14.733		
Imposto de renda e contribuição social							
diferidos	11.a	8.408	5.551	11.533	8.405		
Outros créditos	10	1.921	3.328	2.768	4.187		
		52.611	73.914	44.908	41.001		
Participações societárias	13	276.625	182.316	_	_		
Propriedades para investimento		2.925	905	2.925	905		
Imobilizado	14	21.561	21.961	67.636	73.052		
Intangível	15	38.865	46.538	79.193	85.961		
J	•	339.976	251.720	149.754	159.918		
Total do ativo não circulante		392.587	325.634	194.662	200.919		
Total do ativo		1.032.957	835.206	1.049.899	907.148		

Balanço patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consc	lidado
Passivo	explicativa	2017	2016	2017	2016
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	108.193	26.201	163.729	78.970
Fornecedores	17	96.555	52.569	104.416	66.445
Obrigações fiscais e sociais	19	12.181	10.313	24.681	22.861
Obrigações trabalhistas	18	26.477	16.646	34.568	23.639
Juros sobre capital próprio	22.b	18.062	-	18.062	-
Outras obrigações		6.734	5.149	11.369	9.915
Total do passivo circulante		268.202	110.878	356.825	201.830
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	17.548	26.456	18.016	27.079
Partes relacionadas	12	76.121	-	1.232	1.214
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais					
e cíveis	20	6.126	5.548	8.866	7.209
Provisão para perdas com investimentos	13	-	22.508	-	-
Outras obrigações		-	117	-	117
Total do passivo não circulante	•	99.795	54.629	28.114	35.619
Total de passivos		367.997	165.507	384.939	237.449
Patrimônio líquido					
Capital social	21.1	330.375	310.008	330.375	310.008
Reserva de capital	21.2	45.568	39.554	45.568	39.554
Reservas de lucros	21.3	289.406	269.024	289.406	269.024
Ações em tesouraria	21.5	(1.199)	-	(1.199)	-
Outros resultados abrangentes	21.4	(1.986)	(1.862)	(1.986)	(1.862)
Proposta de distribuição de dividendos					
adicional	22.a	2.796	52.975	2.796	52.975
Total do patrimônio líquido		664.960	669.699	664.960	669.699
Total do passivo e patrimônio líquido		1.032.957	835.206	1.049.899	907.148

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Contr	oladora	Cons	olidado
	explicativa	2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	24	1.070.438	1.017.116	1.360.474	1.239.110
Custo dos produtos vendidos e dos serviços					
prestados	26	(680.591)	(675.547)	(736.706)	(689.819)
Lucro bruto		389.847	341.569	623.768	549.291
Receitas (despesas) operacionais:					
Comerciais	26	(157.192)	(136.479)	(334.215)	(302.708)
Administrativas e gerais	26	(98.621)	(78.347)	(113.816)	(92.846)
Resultado de equivalência patrimonial	13	20.705	11.341	-	· -
Outras despesas operacionais,					
líquidas	29	(1.616)	(4.953)	(2.104)	(2.411)
		(236.724)	(208.438)	(450.135)	(397.965)
Lucro antes do resultado financeiro		153.123	133.131	173.633	151.326
Resultado financeiro	28				
Despesas financeiras		(9.707)	(13.672)	(19.783)	(22.428)
Receitas financeiras		26.575	32.589	30.041	34.414
Variações cambiais, líquidas		(2.100)	(6.102)	(958)	(6.312)
·		14.768	12.815	9.300	5.674
Lucro antes do imposto de renda e da					
contribuição social		167.891	145.946	182.933	157.000
Imposto de renda e contribuição social	11				
Corrente		(16.278)	(32.117)	(31.591)	(42.971)
Diferido		2.857	2.320	3.128	2.120
Lucro líquido do exercício		154.470	116.149	154.470	116.149
	00	4 7005	4.000	4 7000	4.0000
Lucro básico por ação - R\$	23	1,7286	1,3082	1,7286	1,3082
Lucro diluído por ação - R\$	23	1,7152	1,3001	1,7152	1,3001

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	Nota Controladora			solidado
	explicativa	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido do exercício		154.470	116.149	154.470	116.149
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:					
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras Hedge de investimento líquido no exterior	21.4 21.4	953 (1.077)	3.640 -	953 (1.077)	3.640
Total dos resultados abrangentes do exercício		154.346	119.789	154.346	119.789

Demonstração das mutações do patrimônio liquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

							Reservas de luc	ros				
	Nota explica tiva	Capital Social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para investimentos	Retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Lucros acumulados	Outros resultados abrangente	
											(= ===)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015		261.247	_	35.377	30.176	-	2.683	275.220	18.704	-	(5.502)	617.905
Lucro líquido do exercício  Diferença cambial sobre conversão		-	-	-	-	-	-	-	-	116.149	-	116.149
de operação estrangeira	21.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.640	3.640
Aumento de capital	21.1	46.830	-	-	-	-	-	(46.830)	-	-	-	-
Outorga de opções de ações	21.2	-	-	4.177	-	-	-	-	-	-	-	4.177
Emissão de ações	21.1	1.931	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.931
Reserva legal	21.3	-	-	-	5.807	-	-	-	-	(5.807)	-	-
Destinação:			-									
Juros sobre capital próprio	22	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.142)	-	(44.142)
Dividendos pagos	22	-	-	-			-	-	(18.704)	-	-	(18.704)
Dividendos intercalares pagos	22		-		_	_	_			(11.257)	-	(11.257)
Dividendos propostos	22	-	-	-		-		-	52.975	(52.975)	-	(11.237)
Retenção de lucros		-	_	-	-	-	-	4 000	52.975	` ,		-
Reterição de lúcios	21.3	-		-	-	•	-	1.968	-	(1.968)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		310.008	-	39.554	35.983	-	2.683	230.358	52.975	-	(1.862)	669.699
Lucro líquido do exercício Diferença cambial sobre conversão de		-	-	-	-	-	-	-	-	154.470	-	154.132
operação estrangeira	21.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	953	953
Hedge de investimento líquido no												
exterior	21.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.077)	(1.077)
Plano de opções de ações e ações restritas	21.2	_	_	6.014	_	_		_	_		_	6.014
Emissão de ações	21.1	20.367		0.014						- :	- :	20.367
Ações em tesouraria	21.5	-	(1.199)	-	-	-		-	-	-	-	(1.199)
Reserva legal	21.3	-	-	-	7.724	-	-	-	-	(7.724)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	21.3	-	-	-	-	64.658	-	-	-	(64.658)	-	-
Destinação:												
Juros sobre capital próprio	22.b	-	-	-	-	-	-	-	(50.075)	(42.460)	-	(42.460)
Dividendos pagos	22.a	-	-	-	-	-	-	(F2 000)	(52.975)	(20 022)	-	(52.975)
Dividendos intercalares pagos	22.a	-	-	-	-	-	•	(52.000)	2.706	(36.832)	-	(88.832)
Dividendos propostos	22.a	-	-	-	•	•	-	•	2.796	(2.796)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		330.375	(1.199)	45.568	43.707	64.658	2.683	178.358	2.796	-	(1.986)	664.960

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

(	2017	Controladora 2017 2016		Consolidado 2017 2016		
Das atividades operacionais:						
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social  Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades	167.891	145.946	182.933	157.000		
operacionais:						
Depreciações e amortizações	19.188	18.391	32.632	25.815		
Resultado na baixa de ativos permanentes	(19)	212	479	(3)		
Resultado de equivalência patrimonial	(20.705)	(11.341)	- 4 657	4 645		
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, líquidos Juros e variação cambial	578 2.143	1.322 (2.225)	1.657 4.707	1.615 (2.318)		
Rendimentos de aplicações financeiras	(21.747)	(27.648)	(24.844)	(29.239)		
Provisão (reversão) para perdas no estoques, líquidos	1.787	992	3.054	1.494		
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa, líquidas	9.375	3.154	9.375	3.154		
Plano de opções de ações e ações restritas	6.014	4.177	6.014	4.177		
Decréscimo (acréscimo) em ativos	(4.4.500)	(40.057)	(00.050)	(00.000)		
Contas a receber de clientes	(14.528)	(16.257)	(30.859)	(38.088)		
Estoques Impostos a recuperar	1.505 (32.192)	(3.248) (7.735)	(6.065) (39.212)	(5.020) (6.849)		
Variação de outros ativos	(1.043)	4.241	1.550	9.113		
Depósitos judiciais	(2.195)	(4.307)	(4.384)	(6.112)		
(Decréscimo) acréscimo em passivos	, ,	( ,	` ,	(- /		
Fornecedores	43.986	(2.845)	37.971	1.563		
Obrigações trabalhistas	9.830	10.332	10.928	10.764		
Obrigações fiscais e sociais	32.516	13.555	32.079	9.012		
Variação de outras obrigações	1.473	496	1.338	2.173		
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(31.414)	(29.601)	(45.466)	(36.542)		
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	172.443	97.611	173.887	101.709		
Das atividades de investimento:		4=0				
Receita na venda de imobilizado e intangível	52	450 (0.436)	686	3.117		
Aquisição de imobilizado e intangível Aplicações financeiras	(11.148) (722.602)	(9.136) (588.105)	(21.548) (1.047.291)	(25.066) (818.205)		
Resgate de aplicações financeiras	638.885	618.625	976.456	819.196		
Integralização de capital em controladas	(99.300)	(5.569)	-	-		
Recebimento de dividendos	4.141	-	-	-		
Caixa líquido gerado nas (utilizado pelas) atividades de investimento	(189.972)	16.265	(91.697)	(20.958)		
Das atividades de financiamento com terceiros:						
Captações de financiamentos	97.500	34.977	160.420	71.129		
Pagamentos de empréstimos	(26.275)	(80.843)	(88.451)	(81.201)		
Pagamentos de juros sobre empréstimos  Débitos com partes relacionadas, exceto sócios	(1.361) 98.883	(1.744) 1.439	(2.057) -	(1.602) -		
Caiva líquida garada nos (utilizada nales) atividadas da financiamente com tarasiros	460 747	(46 171)	60.042	(11.674)		
Caixa líquido gerado nas (utilizado pelas) atividades de financiamento com terceiros Das atividades de financiamento com acionistas:	168.747	(46.171)	69.912	(11.074)		
Juros sobre o capital próprio pagos	(24.398)	(44.142)	(24.398)	(44.142)		
Dividendos pagos	(141.807)	(29.961)	(141.807)	(29.961)		
Créditos (débitos) com sócios		<del>-</del>	18	(178)		
Emissão de ações	20.367	1.931	20.367	1.931		
Recompra de Ações	(1.199)	-	(1.199)	-		
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento com acionistas	(147.037)	(72.172)	(147.019)	(72.350)		
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento	21.710	(118.343)	(77.107)	(84.024)		
Aumento (redução) das disponibilidades Disponibilidades	4.181	(4.467)	5.083	(3.273)		
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalente de caixa	_	_	53	(529)		
Caixa e equivalentes de caixa - Saldo inicial	81	4.548	5.020	8.822		
Caixa e equivalentes de caixa - Saldo final	4.262	81	10.156	5.020		
Aumento (redução) das disponibilidades	4.181	(4.467)	5.083	(3.273)		
		· · · /		, -/		

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado		
	2017	2016	2017	2016	
Receitas	1.246.523	1.191.547	1.596.155	1.478.405	
Insumos adquiridos de terceiros	(965.884)	(946.941)	(1.084.917)	(1.014.495)	
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(864.242)	(857.837)	(871.607)	(819.813)	
Energia, serviços de terceiros e outras despesas	(98.584)	(86.236)	(207.716)	(189.519)	
Outros custos de produtos e serviços prestados	(3.058)	(2.868)	(5.594)	(5.163)	
Valor adicionado bruto	280.639	244.606	511.238	463.910	
Depreciação e amortização	(19.188)	(18.391)	(32.632)	(25.815)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	261.451	226.215	478.606	438.095	
Valor adicionado recebido em transferência	52.589	43.701	37.757	37.423	
Resultado de equivalência patrimonial	20.705	11.341	- 31.131	51.425	
Receitas financeiras, incluindo variação cambial ativa	27.486	33.137	33.847	35.658	
Outras receitas (despesas)	4.398	(777)	3.910	1.765	
Valor adicionado total a distribuir	314.040	269.916	516.363	475.518	
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal	109.131	88.406	178.682	155.023	
- Salários, benefícios e FGTS	88.501	74.780	158.018	141.397	
- Participação dos empregados no lucro	14.616	9.449	14.650	9.449	
- Plano de opções de ações e ações restritas	6.014	4.177	6.014	4.177	
Tributos	31.968	37.397	111.041	128.218	
- Federais	66.017	67.776	106.167	111.560	
- Estaduais	(34.275)	(30.487)	3.652	15.743	
- Municipais	226	108	1.222	915	
Remuneração de capitais de terceiros	18.471	27.964	72.170	76.128	
- Juros	1.590	3.023	3.214	3.361	
- Aluguéis	5.753	7.642	47.623	46.144	
<ul> <li>Despesas financeiras, incluindo variação</li> </ul>					
cambial passiva	11.128	17.299	21.333	26.623	
Remuneração de capitais próprios	154.470	116.149	154.470	116.149	
- Juros sobre o capital próprio	42.460	44.142	42.460	44.142	
- Dividendos	39.628	64.232	39.628	64.232	
- Reservas de lucros	72.382	7.775	72.382	7.775	
Valor adicionado distribuído	314.040	269.916	516.363	475.518	

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 1. Informações sobre a Companhia

A Arezzo Indústria e Comércio S.A. (a "Companhia" ou a "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede localizada à Rua Fernandes Tourinho, 147 – sala 402 cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código ARZZ3 desde 02 de fevereiro de 2011.

A Companhia tem por objeto, juntamente com as suas controladas, a fabricação, o desenvolvimento, a modelagem e o comércio de calçados, bolsas, acessórios e vestuário para o mercado feminino.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia contava com 563 franquias no Brasil e 5 no exterior; 48 lojas próprias no Brasil e 2 lojas próprias no exterior; e um canal "webcommerce" destinado à venda de produtos das marcas Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman e Fiever.

O sistema de franquias é controlado pela própria Companhia e as lojas próprias fazem parte das controladas.

Todas as controladas da Companhia são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são as seguintes:

#### ZZAB Comércio de Calçados Ltda. ("ZZAB")

A ZZAB tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, possuindo lojas nas cidades de São Paulo, Itupeva, São Roque, Cariacica, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Brasília, Alexânia, Porto Alegre, Novo Hamburgo, Gramado, Belo Horizonte e Duque de Caxias, abrangendo todas as marcas do Grupo (Controladora e suas Controladas).

# ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda. ("ZZSAP")

A ZZSAP tem por objeto a fabricação e comercialização de sapatos, bolsas e cintos de couro, componentes para calçados, artigos de vestuário, acessórios de moda, bem como a importação e exportação desses produtos.

# ZZEXP Comercial Exportadora S/A ("ZZEXP")

A ZZEXP tem por objeto a exportação de sapatos, bolsas e cintos de couro, artigos de vestuário, acessórios de moda do Grupo.

## ARZZ International Inc. ("ARZZ Inc.")

A ARZZ Inc. tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios. A ARZZ Inc. tem participação direta nas empresas ARZZ LLC, Schutz 655 LLC e Schutz Cali.

#### ARZZ LLC

Tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios.

# Schutz 655 LLC

Tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, exclusiva da marca Schutz.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 1. Informações sobre a Companhia -- continuação

# Schutz Cali LLC

A Schutz Cali LLC tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, exclusiva da marca Schutz.

# 2. Políticas contábeis

# 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

## 2.1.1 Demonstrações financeiras individuais da Controladora

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

# 2.1.2 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2016, sendo que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo ou pelo valor amortizado.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia ("Administração") no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 2. Políticas contábeis--Continuação

# 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram autorizadas em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de março de 2018.

# 2.2. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	_	Participação total - %					
Controladas	Pais-sede	2	2017	2016			
		Direta	Indireta	Direta	Indireta		
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	Brasil	99,99	-	99,99	-		
ZZSAP Indústria e Comércio							
de Calçados Ltda.	Brasil	99,99	-	99,99	-		
ZZEXP Comercial Exportadora S/A	Brasil	99,99	-	99,99	-		
ARZZ International INC.	Estados Unidos	100,00	-	100,00	-		
ARZZ Co LLC	Estados Unidos	-	100,00	-	100,00		
Schutz 655 LLC	Estados Unidos	-	100,00	-	100,00		
Schutz Cali LLC	Estados Unidos	-	100,00	-	100,00		

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de formação, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio de poder exercido em relação à investida. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis uniformes em todas as empresas consolidadas. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do exercício é atribuído integralmente aos acionistas controladores uma vez que a participação dos não controladores representa 0,0001% do consolidado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.3. Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora e moeda de apresentação da Companhia e suas controladas. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do balanço.

## 2.4. Transações e saldos em moeda estrangeira

# 2.4.1 Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças estão sendo registradas na demonstração do resultado.

## 2.4.2 Empresas controladas

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas mensalmente pela taxa de câmbio média dos períodos. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidas no patrimônio líquido.

## 2.5. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou como principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

# I. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando o controle da propriedade dos produtos for transferido ao comprador, o que geralmente ocorre no momento de sua entrega.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 2. Políticas contábeis--Continuação

# 2.5 Reconhecimento de receita-- Continuação

# II. Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

# III. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizandose a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

#### 2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes representam os valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo e estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

#### 2.7. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- I. <u>Matérias primas</u>: custo de aquisição segundo o custo médio.
- II. <u>Produtos acabados e em elaboração</u>: custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.8. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da Controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

#### 2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, conforme segue:

	Vida útil média estimada
Instalações e showroom	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 2. Políticas contábeis--Continuação

# 2.10. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por direitos de uso de softwares, marcas e patentes e direitos de uso de lojas.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os gastos com pesquisa são registrados como despesa quando incorridos.

# 2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 2. Políticas contábeis--Continuação

# 2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

## 2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2017 e 2016 não transacionou operações de longo prazo (e tampouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

#### 2.13. Provisões

## 2.13.1. Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 2. Políticas contábeis--Continuação

# 2.13 Provisões--Continuação

# 2.13.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

# 2.14. Tributação

# 2.14.1. Impostos sobre vendas

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso:
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Aliquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 19,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social	1,50%
State Sales Tax (Estados Unidos)	0% a 8,875%

Na demonstração do resultado, as vendas são apresentadas líquidas destes tributos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 2. Políticas contábeis--Continuação

# 2.14. Tributação--Continuação

# 2.14.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

No Brasil, principal país em que a Companhia opera, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Dessa forma, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

#### 2.14.3. Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 2. Políticas contábeis--Continuação

# 2.14. Tributação--Continuação

# 2.14.3. Impostos diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

# 2.15. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros, plano de opções de ações e plano de ações restritas. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 2. Políticas contábeis--Continuação

# 2.16. Lucro por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro básico por ação utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O lucro diluído por ação também é calculado por meio da referida média de ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

# 2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

#### 2.18. Instrumentos financeiros

# 2.18.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos financeiros não contabilizados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras. Esses ativos foram classificados nas categorias de empréstimos e recebíveis e ativos financeiros a valor justo por meio de resultado, respectivamente.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Esses passivos foram classificados na categoria de outros passivos financeiros e passivos financeiros.

# 2.18.2. Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a sua classificação, sendo os ativos e passivos financeiros da Companhia classificados nas seguintes categorias:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 2. Políticas contábeis--Continuação

# 2.18. Instrumentos financeiros--Continuação

## Mensuração subsequente--Continuação

I. Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

As aplicações financeiras foram designadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial. A Companhia não tem ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação e não tem passivos financeiros a valor justo por meio de resultado.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

## II. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

#### III. Outros passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, os outros passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

# 2.19. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* e designa certos derivativos como: *hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de investimento líquido).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 2. Políticas contábeis--Continuação

# 2.19. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge--Continuação

I. Hedge de investimento liquido no exterior

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de investimento líquido é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de conversão". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos". Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado.

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* relacionado com a parcela efetiva do *hedge* é reconhecido no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de conversão". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

#### 2.20. Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados femininos, bolsas e acessórios a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia estão representados por cinco marcas (Arezzo, Schutz, Alexandre Birman, Anacapri e Fiever), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas monomarcas, que compreendem as lojas próprias, franquias e webcommerce, e as lojas multimarcas) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

# 2.21. Arrendamentos mercantis

A Companhia possui contrato de aluguel de lojas, onde atua como arrendatária. Os contratos foram avaliados pela Companhia e classificados como arrendamento mercantil operacional.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 2. Políticas contábeis--Continuação

## 2.22. Pagamento baseado em ações

# 2.22.1. Plano de opções de ações

A Companhia aprovou um plano de opção de compra de ações para administradores e executivos selecionados, ofertando a eles a possibilidade de adquirir ações da Companhia na forma e condições descritas no plano. O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com e a despesa é registrada em uma base "pro rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. O detalhamento do programa da Companhia se encontra na Nota 32.

# 2.22.2. Plano ações restritas

A Companhia aprovou um plano de ações restritas para administradores, executivos e empregados selecionados da Companhia ofertando a eles as ações restritas na forma e condições descritas no plano. A despesa é registrada em uma base "pro rata temporis" que se inicia na data da outorga, até a data em que a Companhia transfere o direito das ações ao beneficiário. A despesa corresponde a quantidade de ações concedidas multiplicadas pelo valor justo da ação na data da outorga, bem como a provisão dos encargos. O detalhamento do programa da Companhia se encontra na Nota 32.

# 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

# 3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua e reconhecidas prospectivamente.

# 3.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

# 3.2. Estimativas e premissas--Continuação

I. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

# II. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

## III. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

# Estimativas e premissas -- Continuação

IV. Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações a serem liquidadas com ações baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados e premissas mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção e da ação, volatilidade e taxa de juros livre de risco. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 32.

# V. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para todas as causas cuja probabilidade de perda seja estimada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### 4. Pronunciamentos novos ou revisados

I. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017

A Companhia entende que as alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB com efeito a partir de 1º de janeiro de 2017 não produziram impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

 Pronunciamentos novos ou revisados, mas que n\u00e3o estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas.

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39/CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: (i) classificação e mensuração, (ii) perda por redução ao valor recuperável e (iii) contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. Para contabilidade de hedge, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções.

A Companhia revisou seus ativos e passivos financeiros e concluiu não ter impacto significativo sobre seu patrimônio líquido e resultado como parte da adoção dessa norma.

IFRS 15/CPC47 - Receitas de Contratos de Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência do controle de bens ou servicos a um cliente.

A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia avaliou os efeitos do IFRS 15 e concluiu não ter impacto significativo em seu patrimônio líquido e resultado como parte da adoção dessa norma.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 4. Pronunciamentos novos ou revisados--Continuação

II. Pronunciamentos novos ou revisados, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017--Continuação

IFRS 16 – Arrendamento mercantil

A IFRS 16, emitida em janeiro de 2016, requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. Todas as empresas que arrendam grandes ativos para o uso em seus negócios poderão notar um aumento nos ativos e nos passivos reportados. Isso afetará uma grande variedade de ramos de atividade, desde companhias aéreas que arrendam aeronaves até varejistas que arrendam lojas. Quanto maior a carteira de arrendamentos, maior o impacto sobre as principais métricas financeiras.

A adoção é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida adoção antecipada desde que a IFRS 15 também seja aplicada. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 16 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### 5. Caixa e bancos

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Caixa	114	78	846	938	
Bancos	4.148	3	9.310	4.082	
	4.262	81	10.156	5.020	

# 6. Aplicações financeiras

	Contro	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Circulante Renda fixa (a)	2.686	2.457	3.784	6.828	
Fundo de Investimento Exclusivo CDB Operações Compromissadas Letras Financeiras (CEF) Letras Financeiras do Tesouro	16.821 7.961 29.187 242.296	15.826 16.152 56.165 107.710	18.394 8.706 31.917 264.963	18.665 19.050 66.243 127.038	
Total das aplicações financeiras	298.951	198.310	327.764	237.824	

<sup>(</sup>a) Incluem certificados de depósitos bancários (CDB) e investimentos em títulos e valores mobiliários.

#### Fundo de investimento exclusivo

O fundo de investimento ZZ Referenciado DI Crédito Privado é um fundo de renda fixa de crédito privado sob gestão, administração e custódia do Banco Santander S.A.. Não há prazo de carência para resgate de quotas, que podem ser resgatadas sem risco de perda significativa. O fundo de investimento não tem obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, taxas de custódia, às taxas de auditoria e a despesas.

O fundo é exclusivamente para o benefício da Companhia e de suas controladas. Desta forma, de acordo com a instrução CVM 408/04, a aplicação financeira no fundo de investimento no qual a Companhia tem participação exclusiva foi consolidada.

Em 31 de dezembro de 2017, a remuneração média dos investimentos do fundo e aplicações é de 99,68% do CDI (99,03% em 31 de dezembro de 2016). Os ativos são compostos em 78% por Letras Financeiras do Tesouro - LFT e 90,55% dos ativos possuem liquidez diária.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha (assim compreendido as 10 maiores instituições do país) e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui aplicações dadas em garantia junto a instituições financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 7. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Duplicatas - clientes nacionais Duplicatas - clientes estrangeiros Duplicatas - partes relacionadas	234.386 11.558	207.450 22.974	234.686 43.194	208.973 53.485
(Nota 12.a)	18.655	29.837	-	-
Cheques	33	117	115	182
Cartões de crédito	-	-	73.338	68.109
	264.632	260.378	351.333	330.749
( - ) Provisão para créditos de				
liquidação duvidosa	(2.843)	(1.723)	(2.889)	(1.769)
	261.789	258.655	348.444	328.980
Circulante Não Circulante	250.299 11.490	244.979 13.676	336.954 11.490	315.304 13.676

As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Destaca-se que os clientes de varejo têm suas operações preponderantemente representadas nas contas de "cartões de créditos" e as operações decorrentes de representações comerciais e distribuidores (franquias), que possuem relacionamento estruturado com a Companhia, estão representadas pela conta de "duplicatas - clientes nacionais".

A composição das contas a receber (clientes estrangeiros) por moeda é como segue:

	Contro	Controladora		lidado		
	31/12/2017 31/12/2016 31/12/2017		31/12/2017 31/12/2016 31/12/2017 31/12		/12/2016 31/12/2017 31/12/20	
HOD	44.404	40.575	20 540	47.040		
USD	11.464	18.575	39.510	47.042		
EUR	94	4.399	3.684	6.443		
	11.558	22.974	43.194	53.485		

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Contro	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Saldo no início do exercício	(1.723)	(2.241)	(1.769)	(2.287)	
Adições	(9.375)	(3.154)	(9.375)	(3.154)	
Realizações	8.255	3.672	8.255	3.672	
Saldo no final do exercício	(2.843)	(1.723)	(2.889)	(1.769)	

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	257.554	249.608	344.255	319.673
Vencido até 30 dias	2.302	4.145	2.302	4.145
Vencido de 31 a 60 dias	1.034	3.071	1.034	3.075
Vencido de 61 a 90 dias	563	1.067	563	1.067
Vencido de 91 a 180 dias	1.738	1.047	1.738	1.157
Vencido de 181 a 360 dias	608	766	608	869
Vencido há mais de 360 dias	833	674	833	763
	264.632	260.378	351.333	330.749

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 7. Contas a receber de clientes--Continuação

O cenário econômico atual vem apresentando dificuldades financeiras para alguns clientes. Dado este contexto e baseado em análises de crédito, a Companhia realizou algumas negociações comerciais para alongamento de prazo. De forma complementar, houve um reforço nos critérios da análise de crédito e de garantias reais a fim de reduzir o risco de crédito da Companhia. Tais negociações estão documentadas por instrumentos jurídicos específicos, composições de garantias e atualização dos valores com taxas atreladas ao CDI. A composição das contas a receber por idade de vencimento acima apresentada considera os termos destas negociações.

A Companhia efetua avaliação de risco do contas a receber periodicamente e reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 uma provisão adicional de R\$9.375 (R\$3.154 em 31 de dezembro de 2016) e R\$3.018 (R\$9.124 em 31 de dezembro de 2016) referentes perdas no recebimento de crédito, classificado em despesas comerciais. Assim a Administração entende que o saldo da provisão é suficiente para cobrir os riscos do contas a receber.

# 8. Estoques

	Contro	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Matéria prima	5.815	5.910	18.209	14.598	
Produtos em elaboração	-	-	3.913	3.977	
Produtos acabados	30.051	31.682	90.444	89.941	
Adiantamentos a fornecedores	3.355	4.196	4.471	4.693	
( - ) Provisão para perdas	(2.954)	(2.229)	(3.548)	(2.731)	
	36.267	39.559	113.489	110.478	

As matérias primas destinam-se ao desenvolvimento de novos produtos e coleções e a produção de calçados na controlada ZZSAP. Os produtos em elaboração referem-se substancialmente aos calçados que se encontram em fase de fabricação na controlada ZZSAP. Os produtos acabados são compostos, principalmente, de calçados e bolsas para formação de estoques estratégicos para reposição imediata aos clientes e para venda nas lojas próprias.

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Contro	Controladora		idado
	31/12/2017	31/12/2017 31/12/2016		31/12/2016
Saldo no início do exercício	(2.229)	(3.584)	(2.731)	(4.473)
(Adições) e Reversões	(1.787)	(992)	(3.054)	(1.494)
Recuperações/ realizações	1.062	2.347	2.237	3.236
Saldo no final do exercício	(2.954)	(2.229)	(3.548)	(2.731)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 9. Impostos a recuperar

	Contro	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
ICMS a recuperar	5.103	3.920	11.210	6.083	
IPI a recuperar Antecipação de IRPJ	- 23.348	- 8.148	1.571 24.905	1.167 9.099	
Antecipação de CSLL	8.384	2.852	8.998	3.281	
Outros	15	432	4.443	2.932	
	36.850	15.352	51.127	22.562	

# 10. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamentos ao fundo de propaganda (i) Despesas antecipadas Adiantamentos a fornecedores Adiantamentos a empregados Créditos junto a frança de vigar a d	7.892 3.133 1.845 946 623	7.253 4.574 1.138 663 689	7.893 3.029 2.209 1.514 623	7.253 5.009 2.060 1.147 689
Adiantamentos de viagens	90	302	137	363
Outros créditos a realizar	1.133 15.662	- 44 040	3.110 18.515	2.707
	13.002	14.619	16.515	19.228
Circulante Não circulante	13.741 1.921	11.291 3.328	15.747 2.768	15.041 4.187

#### (i) Adiantamentos ao fundo de propaganda

Para a propaganda e promoção nacional da rede de franquias da Companhia ("Rede de Franquias Arezzo", "Rede de Franquias Schutz" e "Rede de Franquias Anacapri"), o franqueado compromete-se a destinar um percentual do valor bruto das suas compras a um fundo de propaganda nacional, denominado "Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Arezzo", "Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Schutz" e "Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Anacapri". Os valores correspondentes a este percentual são depositados mensalmente pelos franqueados e destinados ao desenvolvimento de estratégias de marketing e publicidade, incluindo propaganda e promoções exercidas em benefício da divulgação da Rede de Franquias Arezzo, Rede de Franquias Schutz e Rede de Franquias Anacapri, bem como para custeio de fornecedores de criação e desenvolvimento de campanhas, além de qualquer outra atividade relacionada à propaganda e promoção em nível nacional. Os valores arrecadados são administrados pela franqueadora e a prestação de contas da destinação dos valores é realizada anualmente. Durante o exercício, a Companhia efetua antecipações para honrar com a totalidade dos compromissos do fundo de propaganda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 11. Imposto de renda e contribuição social

# a) Impostos diferidos

O imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social diferidos: Sobre diferenças temporárias Sobre prejuízos fiscais e bases negativas de cálculo	8.408	5.551	9.769	5.711
da contribuição social	-	-	1.764	2.694
Total do imposto de renda e contribuição social				
diferidos (i)	8.408	5.551	11.533	8.405

 <sup>(</sup>i) Crédito tributário diferido decorrente de diferenças temporárias dedutíveis, principalmente sobre provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de cálculo da contribuição social em controlada.

A seguir demonstramos a reconciliação do ativo fiscal diferido:

	Contro	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Saldo de abertura Imposto diferido reconhecido no resultado	5.551 2.857	3.231 2.320	8.405 3.128	6.285 2.120	
Saldo final	8.408	5.551	11.533	8.405	

Os estudos e projeções efetuados pela Administração da Companhia indicam geração de resultados positivos futuros, em montante que possibilita a compensação futura dos créditos tributários nos próximos anos.

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos encontra-se demonstrada a seguir:

	Contro	Controladora		olidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2018	7.400	4.673	8.962	5.623
2019	504	439	2.067	1.391
2020	504	439	504	1.391
Total	8.408	5.551	11.533	8.405

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Canaalidada

	Controladora		Consolidado		
_	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição					
social	167.891	145.946	182.933	157.000	
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%	
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos não	(57.083)	(49.622)	(62.197)	(53.380)	
constituídos em empresas controladas	-	-	(5.048)	(2.390)	
Efeito do IRPJ e CSLL sobre diferenças permanentes:  Benefício dos gastos com pesquisa e inovação	C 707	2.052	c 707	2.052	
tecnológica - Lei nº 11.196/05	6.707	3.952	6.707	3.952	
Equivalência patrimonial	7.040	3.856	-	45.000	
Juros sobre capital próprio	14.436	15.008	14.436	15.008	
Subvenções governamentais	17.837	-	21.985	-	
Despesa com plano baseado em ações	(2.045)	(1.420)	(2.045)	(1.420)	
Incentivos fiscais (PAT, Lei Rouanet, outros)	251	380	251	380	
Outras diferenças permanentes	(564)	(1.951)	(2.552)	(3.001)	
Imposto de renda e contribuição social no resultado					
do exercício	(13.421)	(29.797)	(28.463)	(40.851)	
Corrente	(16.278)	(32.117)	(31.591)	(42.971)	
Diferido	2.857	2.320	3.128	2.120	
Total	(13.421)	(29.797)	(28.463)	(40.851)	
Taxa efetiva - %	7,99%	20,42%	15,56%	26,02%	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 12. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Saldos e transações com empresas controladas e controladores

	Ativo circulante Ativo não circulante		31/12/2017  Passivo Passivo não circulante circulante		Transações		
	Contas a receber	Créditos	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Receitas	Compras
Controladora Empresas controladas							
ÁRZZ Co LLC	-	10.889	-	-	76.121	-	-
ARZZ International INC ZZAB Comércio de Calçados	-	7.347	-	-	-	86	-
Ltda. ZZSAP Indústria e Comércio de	18.394	-	-	1.346	-	177.713	-
Calçados Ltda.	7	-	-	4.029	-	90	86.831
ZZÉXP Comercial Exportadora	254	-	-	-	-	170	-
Total Controladora	18.655	18.236	-	5.375	76.121	178.059	86.831
Consolidado							
Acionistas controladores	-	-	-	-	1.232	-	-
Total Consolidado	-	-	-	-	1.232	-	-

	31/12/2016						
	Ativo circulante Ativo não circulante		circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Transações	
	Contas a receber	Créditos	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Receitas	Compras
Controladora							
Empresas controladas							
ARZZ Co LLC	-	7.239	-	-	-	-	-
ARZZ International INC	-	33.759	-	-	-	19.881	-
ZZAB Comércio de Calçados							
Ltda.	28.877	-	-	225	-	159.261	-
ZZSAP Indústria e Comércio de							
Calçados Ltda.	960	_	_	1.022	-	1.207	114.523
ZZEXP Comercial Exportadora		-	-	-	-	42	-
Total Controladora	29.837	40.998	-	1.247	-	180.391	114.523
Consolidado							
Acionistas controladores	-	-	-	-	1.214	-	-
Total Consolidado	-	-	-	-	1.214	-	-

# b) Natureza, termos e condições das transações - empresas controladas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que são efetuadas em condições comerciais e financeiras, estabelecidas de comum acordo entre as partes. A transação mais comum é a venda de calçados e acessórios da Companhia (Controladora) para as lojas da ZZAB e para a ARZZ International Inc. (controladas) e a aquisição dos mesmos da fabricante ZZSAP (controlada). A partir de setembro de 2016 a ZZEXP (controlada) iniciou operação de compra da ZZSAP e venda para a ARZZ International Inc.

As transações comerciais praticadas entre tais partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos entre as partes. O prazo médio de recebimento do saldo de partes relacionadas é de 38 dias, enquanto o prazo médio de pagamento do saldo das partes relacionadas é de 23 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 12. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

# c) Remuneração da Administração

A remuneração da Administração ocorre por meio de pagamento de pró-labore e participação nos lucros e planos baseados em ações. Em 31 de dezembro de 2017 a remuneração total relativa aos benefícios da Administração da Companhia foi de R\$ 8.646 (R\$ 6.878 em 31 de dezembro de 2016), como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração fixa anual salário/ pró-labore	5.304	5.302
Remuneração variável bônus	1.816	469
Plano de opções de ações e ações restritas (Nota 32)	2.086	1.107
Total da remuneração	9.206	6.878

Em 31 de março de 2017 a Companhia efetuou o pagamento de remuneração variável de R\$1.816 conforme provisão realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

As despesas com plano de opções ações e plano de ações restritas (Nota 32) estão sendo apresentadas como despesa operacional antes do resultado financeiro.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros para a Administração e seus empregados.

# d) <u>Transações ou relacionamentos com acionistas</u>

Alguns diretores e conselheiros da Companhia detêm, de forma direta, uma participação total de 51,4% das ações da Companhia em 31 de dezembro de 2017.

#### e) Transações com outras partes relacionadas

A Companhia mantém contrato de prestação de serviço com a empresa Ethos Desenvolvimento S/C Ltda., de propriedade do Sr. José Ernesto Beni Bolonha, membro do Conselho de Administração da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 esta empresa recebeu R\$671 (R\$577 em 31 de dezembro de 2016).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 13. Participações societárias

								para per	to/Provisão das com mentos		tado de a patrimonial
Descrição	Ativo	Passivo	Patrimôni o líquido	Capital social	Receita Iíquida	Resultado do exercício	% Partic.	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ARZZ International Inc. ZZAB Com. de Calçados	118.786	57.688	61.098	127.144	77.030	(14.847)	100,00	61.098	-	(14.847)	-
Ltda.	203.315	41.522	161.793	93.614	300.941	16.833	99,99	161.793	144.962	16.833	12.410
ZZSAP Ind. e Com. de Calçados Ltda. ZZEXP Comercial	52.394	15.991	36.403	27.592	107.467	3.436	99,99	36.403	32.967	3.436	1.773
Exportadora S.A.	80.374	63.043	17.331	2.000	86.826	15.283	99,99	17.331	4.387	15.283	4.186
Investimentos								276.625	182.316	20.705	18.369
ARZZ International Inc.	-	-	-	-	-	-	100,00		(22.508)	-	(7.028)
Provisão para perdas com investimentos								-	(22.508)	-	(7.028)
								276.625	159.808	20.705	11.341

Saldo no início do exercício, líquido da provisão para perdas
Integralização de capital
Distribuição de dividendos
Ajustes de conversão do período ("CTA")
Equivalência patrimonial
Saldo no final do exercício, líquido da provisão para perdas

Contro	Controladora						
31/12/2017	31/12/2016						
159.808	139.258						
99.300	5.569						
(4.141)	-						
953	3.640						
20.705	11.341						
276.625	159.808						

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 13. Participações societárias--Continuação

## Aumento de capital

Em 24 de novembro de 2017, a controlada ARZZ International Inc. teve seu capital social aumentado de US\$10.639 para US\$40.639, portanto um aumento de US\$30.000 mil, equivalentes a R\$97.500 integralizados em moeda no próprio exercício.

Em 30 de junho de 2017, a controlada ZZEXP Comercial Exportadora S.A. teve seu capital social integralizado em moeda no montante de R\$1.800.

## Distribuição de dividendos

Em 30 de junho de 2017, a controlada ZZEXP Comercial Exportadora S.A distribuiu dividendos decorrentes da participação detida pela Controladora no montante de R\$4.141 de seu lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ajustado pela constituição de reserva legal conforme preconizado pela legislação societária.

## 14. Imobilizado

	31/12/2017			31/12/2016			
Controladora	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	
Computadores e periféricos	14.763	(9.723)	5.040	13.219	(7.821)	5.398	
Móveis e utensílios	8.107	(4.443)	3.664	7.536	(3.778)	3.758	
Máquinas e equipamentos	8.127	(4.042)	4.085	7.099	(3.306)	3.793	
Instalações e showroom	16.522	(7.896)	8.626	15.194	(6.373)	8.821	
Veículos	221	(176)	45	221	(131)	90	
Terrenos	101	-	101	101	-	101	
Total	47.841	(26.280)	21.561	43.370	(21.409)	21.961	

	31/12/2017			31/12/2016			
Consolidado	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	
Computadores e periféricos	18.070	(11.918)	6.152	15.914	(9.687)	6.227	
Móveis e utensílios	25.411	(12.235)	13.176	24.284	(10.051)	14.233	
Máquinas e equipamentos	19.358	(10.186)	9.172	17.866	(8.506)	9.360	
Instalações e showroom	71.316	(32.325)	38.991	67.214	(24.173)	43.041	
Veículos	234	(190)	44	234	(144)	90	
Terrenos	101	-	101	101	-	101	
Total	134.490	(66.854)	67.636	125.613	(52.561)	73.052	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 14. Imobilizado--Continuação

Os detalhes da movimentação do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Computadores	Móveis e	Máquinas e	Instalações			
Controladora	e periféricos	utensílios	equipamentos	e showroom	Veículos	Terrenos	Total
Saldos em 31/12/2015	5.016	4.292	3.964	10.120	135	578	24.105
Aquisições	2.019	271	503	420	-	-	3.213
Depreciação	(1.637)	(652)	(674)	(1.482)	(45)	-	(4.490)
Baixas		(153)		(237)		(477)	(867)
Saldos em 31/12/2016	5.398	3.758	3.793	8.821	90	101	21.961
Aquisições	1.552	583	1.029	1.361	_	_	4.525
Depreciação	(1.904)	(675)	(737)	(1.531)	(45)	_	(4.892)
Baixas	(6)	(2)	(101)	(25)	(40)	_	(33)
Saldos em 31/12/2017	5.040	3.664	4.085	8.626	45	101	21.561
Taxa média de							
depreciação	20%	10%	10%	10%	20%	-	
	Computadores	Móveis e	Máquinas e	Instalações		Terren	
Consolidado	e periféricos	utensílios	equipamentos	e showroom	Veículos	os	Total
O-1:1 04/40/0045	0.004	40.074	0.400	40.700	405	F70	70 500
Saldos em 31/12/2015	6.004	13.674	9.499	43.703	135	578	73.593
Aquisições	2.324	3.701	1.489	7.352	(45)	-	14.866
Depreciação	(2.047)	(2.404)	(1.628)	(5.688)	(45)	(477)	(11.812)
Baixas	(17)	(589)	-	(1.337)	-	(477)	(2.420)
Variação cambial	(37)	(149)		(989)	- 00	404	(1.175)
Saldos em 31/12/2016	6.227	14.233	9.360	43.041	90	101	73.052
Aquisições	2.258	1.987	1.584	5.866	_	_	11.695
Depreciação	(2.311)	(2.699)	(1.762)	(9.176)	(46)	_	(15.994)
Baixas	(28)	(296)	` (10 <b>)</b>	(830)	-	_	(1.164)
Variação cambial	` 6	(49)	-	90	-	-	47
Saldos em 31/12/2017	6.152	13.176	9.172	38.991	44	101	67.636
			-	-			
Taxa média de							
depreciação	20%	10%	10%	10%	20%	-	

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações financeiras como um todo, a Companhia e suas controladas avaliaram a vida útil-econômica desses ativos e concluíram que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2017.

Durante o exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 15. Intangível

		31/12/2017			31/12/2016	
Controladora	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Marcas e patentes	3.927	-	3.927	3.521	-	3.521
Direito de uso de lojas	1.078	(260)	818	1.078	-	1.078
Direito de uso de sistemas	87.710	(53.590)	34.120	81.493	(39.554)	41.939
Total	92.715	(53.850)	38.865	86.092	(39.554)	46.538

	31/12/2017			31/12/2016			
Consolidado	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido	
Marana a natantas	4.051		4.054	2.644		2 644	
Marcas e patentes		- (4.4E4)	4.051	3.644	-	3.644	
Direito de uso de lojas	40.754	(1.151)	39.603	39.781		39.781	
Direito de uso de sistemas	89.868	(54.329)	35.539	82.743	(40.207)	42.536	
Total	134.673	(55.480)	79.193	126.168	(40.207)	85.961	

Os detalhes da movimentação dos saldos da Companhia estão apresentados a seguir:

Controladora	Marcas e patentes	Direito de uso de lojas	Direito de uso de sistemas	Total
Saldos em 31/12/2015	3.330	1.078	50.108	54.516
Aguisições	191	-	5.732	5.923
Amortização	-	-	(13.901)	(13.901)
Saldos em 31/12/2016	3.521	1.078	41.939	46.538
Aquisições	406	-	6.217	6.623
Amortização Saldos em 31/12/2017	3.927	(260) 818	(14.036) 34.120	(14.296) 38.865
Saidos em 31/12/2017	3.921	010	34.120	30.003
Vida útil média estimada	Indefinida	Indefinida	5 anos	
Consolidado	Marcas e patentes	Direito de uso de lojas	Direito de uso de sistemas	Total
	•	•		
Saldos em 31/12/2015	3.459	36.679	50.591	90.729
Aquisições	192	4.001	6.007	10.200
Amortização	-	-	(14.003)	(14.003)
Baixas	-	(899)	(2)	(901)
Variação cambial	(7)	-	(57)	(64)
Saldos em 31/12/2016	3.644	39.781	42.536	85.961
Aquisições	406	2.338	7.109	9.853
Amortização	-	(2.515)	(14.123)	(16.638)
Baixas	-	(1)	- 17	(1)
Variação cambial Saldos em 31/12/2017	4.051	39.603	35.539	18 79.193
Saluos elli 31/12/2017	4.031	39.003	33.339	19.193
Vida útil média estimada	Indefinida	Definida e Indefinida	5 anos	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## **15.** Intangível--Continuação

Os intangíveis de vida útil definida referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros e são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada, tendo como contrapartida a conta de despesas gerais e administrativas.

Os intangíveis de vida útil indeterminada referem-se a marcas e patentes e direitos de uso de lojas, sendo que estes últimos correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados, cujo os contratos de locação preveem renovações de prazos altamente prováveis. A recuperação destes ativos se dará quando da alienação dos pontos comerciais ou pela redução ao valor recuperável.

As aquisições dos Direitos de Uso das Lojas ocorrem mediante pagamentos à vista para liberação do ponto comercial, não restando outras obrigações decorrentes destas aquisições no passivo da Companhia. Essas negociações são usuais neste tipo de transação comercial devido à característica de negócio.

Em revisão periódica do Plano de Expansão, a Companhia revisou a vida útil indefinida de certos ativos intangíveis classificados em Direito de uso de lojas, passando a trata-los como ativos de vida útil definida.

Foi reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$20.176 na Controladora e no Consolidado (R\$19.374 em 31 de dezembro de 2016) relativos a despesas com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos da Companhia.

Teste de perda por redução ao valor recuperável dos intangíveis com vida útil indefinida

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos intangíveis utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representadas por suas lojas.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes unidades geradoras de caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 15. Intangível--Continuação

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto antes dos impostos de 14,6% ao ano (equivalente a WACC de 10,0% ao ano), para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- Receitas As receitas foram projetadas entre 2018 e 2022 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes unidades geradoras de caixa.
- Custos e despesas operacionais Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.
- Investimentos de capital Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos produtos, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, visto que o valor estimado de uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

# 16. Empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Controladora		Consoli	dado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Capital de giro (a) FINAME (b)	-	-	- 623	16.419 844	
Adiantamento de contrato de câmbio - ACC (c) FINEP (d)	- 26.456	15.679 36.978	55.381 26.456	51.809 36.977	
Empréstimos em moeda estrangeira – "operação 4.131" (e)	99.285	-	99.285	-	
=	125.741	52.657	181.745	106.049	
Circulante Não circulante	108.193 17.548	26.201 26.456	163.729 18.016	78.970 27.079	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os vencimentos dos contratos e a taxa de juros e encargos incidentes sobre os empréstimos são:

- a) Capital de Giro nos Estados Unidos da América: denominado em Dólares, acrescido pela taxa Libor média + 1,35% fixo ao ano. Vencido em setembro de 2017;
- b) Finame: de 2,5% a 6% ao ano. Com vencimentos em 2014 até setembro de 2021;
- c) Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC): denominado em Dólares, acrescido pela taxa de juros, média em 31 de dezembro de 2017 de 3,07% ao ano. São diversos contratos com vencimento final até outubro de 2018;
- d) FINEP: Taxa de 4% e 5,25% ao ano, limitado à TJLP. Com vencimentos em 2018 até setembro de 2021; e
- e) Empréstimo em moeda estrangeira "operação 4.131": Em 22 de dezembro de 2017 e 28 de dezembro de 2017 foram contratados junto ao Banco Itaú S/A e Citibank N.A. empréstimos no valor de US\$30.000, equivalente a R\$97.500 que contempla juros remuneratórios baseado na variação percentual acumulado de 100% da Libor mais spread de 1,25% ao ano, com vencimentos em dezembro de 2018. Tais empréstimos foram designados como *hedge* com objetivo específico de proteger as oscilações decorrentes de variação cambial e da taxa de juros dos investimentos em controladas no exterior, conforme Nota 27.b. Os juros dos empréstimos serão pagos trimestralmente.

Os detalhes da movimentação dos empréstimos da Companhia estão demonstrados a seguir:

		Control	ladora				Consc	olidado		
			Oper.		Capital				Oper.	
	ACC	FINEP	4131	Total	de giro	Finame	ACC	FINEP	4131	Total
Saldos em 31/12/2015 Captação Pagamento parcelas	56.065 34.977 (71.236)	46.427 - (9.607)	-	102.492 34.977 (80.843)	19.655 - (358)	1.005	56.065 71.129 (71.236)	46.427 - (9.607)	-	123.152 71.129 (81.201)
Pagamento juros	(71.230)	(1.744)	-	` (4 = 44)	358	(216)	(71.230)	(1.744)	-	(1.602)
Provisão juros e variação cambial (resultado) Variação cambial (resultado	(4.127)	1.902	-	(2.225)	(125)	55	(4.149)	1.901	-	(2.318)
abrangente)	-	-	-	-	(3.111)	=	-	-	-	(3.111)
Saldos em 31/12/2016	15.679	36.978	-	52.657	16.419	844	51.809	36.977	-	106.049
Captação Pagamento parcelas Pagamento juros Provisão juros e variação	` -	(10.522) (1.361)	97.500 - -	97.500 (26.275) (1.361)	(16.003) (434)	- (262)	62.920 (61.927)	(10.521) (1.361)	97.500 - -	160.420 (88.451) (2.057)
cambial (resultado) Variação cambial	74	1.361	708	2.143	18	41	2.579	1.361	708	4.707
Variação cambial (resultado abrangente)		-	1.077	1.077		-	-	-	1.077	1.077
Saldos em 31/12/2017		26.456	99.285	125.741	-	623	55.381	26.456	99.285	181.745

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 16. Empréstimos e financiamentos—Continuação

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consc	lidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	8.913	-	9.068
2019	8.592	8.592	8.709	8.709
2020	5.118	8.951	5.191	9.302
Após 2020	3.838	-	4.116	-
Total	17.548	26.456	18.016	27.079

Os empréstimos estão garantidos por aval das empresas do grupo e também com carta de fiança bancária e não possuem cláusulas restritivas (*covenants*) relacionadas a indicadores financeiros. Os contratos Finame possuem como garantia os próprios bens objeto dos contratos.

## Outras garantias e compromissos

A Companhia mantém um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinada aos franqueados "Arezzo", em empreendimentos instalados na área de atuação deste banco, utilizando-se recursos do Fundo Constitucional de Financiamento da Região Nordeste (FNE) em financiamentos para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela Companhia, bem como para custos associados a essas operações, a título de capital de giro, se necessário.

Pelos termos do acordo, a Companhia será a garantidora dessas operações, por meio de carta fiança corporativa, quando contratadas pelos lojistas. Em 31 de dezembro de 2017 o valor destas operações era de R\$1.624 (R\$1.846 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia mantém um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco Alfa, com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinada aos franqueados "Arezzo", utilizando-se recursos do BNDES em financiamentos para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela Companhia, bem como para custos associados a essas operações. A Companhia é garantidora dessas operações. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo dessas operações garantidas pela Companhia era de R\$11.912 (R\$5.067 em 31 de dezembro de 2016).

Não há histórico de perdas para a Companhia em operações desta natureza.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### 17. Fornecedores

Os saldos estão assim compostos:

	Contro	Controladora		olidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores nacionais	34.813	14.048	48.049	29.170
Operação "Risco sacado" (a)	56.265	36.837	56.265	36.837
Partes relacionadas (Nota 12.a)	5.375	1.247	-	-
Fornecedores estrangeiros	102	437	102	438
Total	96.555	52.569	104.416	66.445

(a) A Companhia possui contratos firmados com o Banco Itaú Unibanco S.A. para estruturar com os seus principais fornecedores a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco, que, por sua vez, passará a ser credora da operação. A Administração revisou a composição da carteira desta operação e concluiu que não houve alteração significativa dos prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos quando realizada análise completa dos fornecedores por categoria, portanto a Companhia demonstra esta operação na rubrica de Fornecedores.

# 18. Obrigações trabalhistas

Os saldos estão assim compostos:

	Controlad	ora Co	nsolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários a pagar Provisão para férias e encargos	18.752 7.725	10.273 6.373	21.210 13.358	12.030 11.609
Total	26.477	16.646	34.568	23.639

# 19. Obrigações fiscais e sociais

	Controlad	ora Co	nsolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ICMS cabra yandaa	544	107	5.919	4.045
ICMS sobre vendas		127		4.045
Imposto de renda retido na fonte	4.303	4.222	4.878	4.693
Encargos sociais a recolher	3.143	2.419	5.193	4.264
PIS e COFINS	2.378	2.005	4.534	4.508
IRPJ e CSLL	-	-	2.123	3.527
Outros impostos e encargos	1.813	1.540	2.034	1.824
Total	12.181	10.313	24.681	22.861

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 20. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais e administrativas sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso vinculadas aos depósitos judiciais, como segue:

	Controladora		Consol	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2017 31/12/2016		31/12/2016	
		_			
Cível	256	288	287	326	
Tributária	1.675	1.675	2.044	2.044	
Trabalhista	4.195	3.585	6.535	4.839	
	6.126	5.548	8.866	7.209	

<u>Cível</u> - a Companhia e suas controladas são partes em processos cíveis que tem como objeto, principalmente, o pedido de indenização por dano moral e material e cobrança de títulos. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

<u>Tributário</u> - a Companhia e sua controlada ZZSAP são partes em processos tributários referentes à discussão da majoração da alíquota do Fator Acidentário de Prevenção, para os quais há depósitos judiciais no mesmo montante. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

<u>Trabalhistas</u> - a Companhia e suas controladas são partes em processos trabalhistas relacionados, principalmente, ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade e periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

Controladora	Cível	Tributária	Trabalhista	Total
Saldos em 31/12/2015	240	1.675	2.311	4.226
Adições/atualizações	309	-	1.320	1.629
Reversões/pagamentos	(261)	-	(46)	(307)
Saldos em 31/12/2016	288	1.675	3.585	5.548
Adições/atualizações	11	-	1.756	1.767
Reversões/pagamentos	(43)	-	(1.146)	(1.189)
Saldos em 31/12/2017	256	1.675	4.195	6.126

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 20. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação

Consolidado	Cível	Tributária	Trabalhista	Total
Saldos em 31/12/2015	240	2.044	3.310	5.594
Adições/atualizações	356	-	2.328	2.684
Reversões/pagamentos	(270)	-	(799)	(1.069)
Saldos em 31/12/2016	326	2.044	4.839	7.209
Adições/atualizações	50	-	3.156	3.206
Reversões/pagamentos	(89)	-	(1.460)	(1.549)
Saldos em 31/12/2017	287	2.044	6.535	8.866

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza cível, fiscal e trabalhista, nas esferas administrativas e judiciais, no montante aproximado de R\$63.219 na Controladora e no Consolidado, cuja estimativa de perda foi considerada como possível na opinião de seus consultores jurídicos, portanto não sujeitos a provisionamento. Sendo o montante distribuído em R\$30.439, R\$28.574 e R\$4.206, respectivamente, na natureza trabalhista, tributária e cível.

Dentre estes outros processos, encontram-se os seguintes:

- i) Auto de infração emitido pela Secretaria da Receita Federal em 11 de junho de 2013, referente a IRPJ e CSLL contra a Companhia, que tem como um de seus objetos o questionamento da dedutibilidade fiscal da amortização do ágio decorrente da aquisição de participação efetuada pela BRICS Participações S.A. (BRICS) na Companhia a valor de mercado determinado por peritos independentes, o qual subsequentemente foi incorporado pela Companhia por meio da operação de incorporação reversa. O ágio incorporado está sendo apresentado líquido da provisão retificadora, conforme requerido pela Instrução CVM nº 319/99, e representa o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do referido ágio. O processo relativo ao auto de infração encontra-se atualmente na esfera administrativa e segundo os advogados da Companhia, a expectativa de perda é considerada "possível", no montante de R\$8.704.
- ii) Auto de infração emitido pela Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul em 02 de abril de 2013, referente a acusação de creditamento indevido de ICMS, decorrente da remessa de mercadorias a adquirentes estabelecidos na Zona Franca de Manaus (ZFM) e Áreas de Livre Comércio (ALC's), relativa aos períodos de fevereiro/2008 a dezembro/2011, resultando na exigência de ICMS. O processo relativo ao auto de infração encontra-se atualmente na esfera administrativa e segundo os assessores jurídicos da Companhia, a expectativa de perda é considerada "possível", no montante de R\$6.409.

#### Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de cinco a trinta anos. A legislação nos Estados Unidos (país em que certas controladas da Companhia operam) possui prazos prescricionais diferenciados.

#### Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo dos depósitos judiciais é de R\$12.556 na Controladora (R\$10.361 em 31 de dezembro de 2016) e R\$19.117 no Consolidado (R\$14.733 em 31 de dezembro de 2016).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 21. Capital social e reservas

## 21.1. Capital social

Em 29 de maio de 2017, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital da Companhia no valor de R\$20.367 em razão do exercício, por determinados beneficiários, de suas respectivas opções de compra no montante de 930 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais sem valor nominal, nos termos dos Planos de Opções de Compra de Ações.

_	Ações em milhares	Capital social R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2015	88.735	261.247
Aumento de capital com capitalização da reserva de capital Emissão de ações com plano de opção	-	46.830
de ações	101	1.931
Saldo em 31 de dezembro de 2016	88.836	310.008
Emissão de ações com plano de opção		
de ações	930	20.367
Saldo em 31 de dezembro de 2017	89.766	330.375

#### 21.2. Reserva de capital

A reserva de capital foi inicialmente constituída em decorrência dos processos de estruturação societária ocorridos em 2007, em contrapartida ao acervo líquido incorporado e representa o valor do benefício fiscal auferido por meio da amortização do ágio incorporado. A parcela de reserva especial de ágio correspondente ao benefício que poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizado em proveito dos acionistas, com a emissão de novas ações, de acordo com o disposto da Instrução CVM nº 319/99.

Os eventos societários que deram origem a reserva de capital em decorrência da reestruturação societária estão discriminados a seguir:

- a) Em 01 de junho de 2008, a BRICS Participações S/A ("BRICS") foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R\$13.935. No contexto da extinção da BRICS por conta de sua incorporação, a participação desta na Companhia foi transferida a FIGEAC Holdins S/A ("FIGEAC").
- b) Em 01 de dezembro de 2009, a FIGEAC foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R\$7.535.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia efetuou o provisionamento complementar dos custos com a oferta pública de distribuição de ações no montante de R\$550 (R\$363 líquido dos efeitos tributários), sendo este valor líquido deduzido da reserva de capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 21. Capital social e reservas--Continuação

## 21.2. Reserva de capital--Continuação

Com a implementação do Plano de Opções, a Companhia constituiu a Reserva de Opções Outorgadas, no montante de R\$21.368, conforme descrito na Nota 32. Desse total, R\$3.283 foram reconhecidos em 2017 (R\$ 4.177 em 2016, R\$4.749 em 2015, R\$4.451 em 2014, R\$3.933 em 2013 e R\$ 775 em 2012).

Com a implementação do Plano de Ações Restritas, a Companhia constituiu a Reserva de Ações Restritas em 2017 no montante de R\$2.730, conforme descrito na Nota 32.

## 21.3. Reservas e retenção de lucros

#### Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2017 é R\$43.707.

#### Reserva para investimentos

Refere-se a reserva para investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos ("P&D"), tendo como base o orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral Ordinária. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de R\$2.683.

## Reserva de incentivos fiscais

Refere-se aos montantes apurados de subvenções recebidas para investimento (Nota 33) pela controladora e suas controladas. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2017 é de R\$64.658.

#### Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. A retenção acumulada até o exercício de 2017 é de R\$178.358 e está fundamentada em orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de abril de 2018.

Conforme o art. 199 da Lei 6.404/76, o saldo desta reserva, acrescido das demais reservas de lucro, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 21. Capital social e reservas--Continuação

## 21.4. Outros resultados abrangentes

## Reserva para diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras

A Companhia reconheceu como outros resultados abrangentes, em linha específica do patrimônio líquido, as diferenças cambiais sobre a conversão de operações estrangeiras, representadas por suas controladas localizadas nos Estados Unidos, cuja moeda funcional é o US Dólar. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o montante é de R\$953 (R\$3.640 em 31 de dezembro de 2016).

#### Hedge

A Companhia reconheceu como outros resultados abrangentes, em linha específica do patrimônio líquido, as diferenças cambiais sobre a conversão de operações estrangeiras, representadas por empréstimos na modalidade de "operação 4.131", cuja moeda funcional é o dólar. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o montante é de R\$1.077.

#### 21.5 Ações em Tesouraria

Em 27 de março de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Programa de Recompra de Ações ("Programa de Recompra"), de emissão de ações da própria Companhia, sem redução do capital social, para serem mantidas em tesouraria e posteriormente utilizadas para atender ao Plano de Ações Restritas (Nota 32), podendo, ainda, serem canceladas ou alienadas.

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de ações em tesouraria é de R\$1.199 correspondente a 25.000 (vinte e cinco mil) ações ordinárias a um custo médio de aquisição de R\$47,96.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 22. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos

#### a) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas fazem jus a um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. Os juros sobre capital próprio, quando calculados, são considerados como distribuição de lucros para fins de determinação do dividendo mínimo a ser distribuído.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	154.470	116.149
Reserva legal - 5%	(7.724)	(5.807)
Reserva de incentivos fiscais	(6̀4.658)́	-
Lucro líquido à destinar	82.088	110.342
Dividendos mínimos conforme estatuto	25%	25%
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	20.522	27.586
Dividendos e juros sobre o capital próprio		
Juros sobre o capital próprio creditados e pagos	42.460	44.142
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(5.881)	(6.306)
Dividendos intercalares pagos	36.832	11.257
Dividendos adicionais propostos	2.796	52.975
Total	76.207	102.068
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório	55.685	74.482
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório por ação - R\$	0,6205	0,8384

Em 06 de março de 2017, o Conselho de Administração aprovou a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$52.975, pagos em 15 de maio de 2017.

Em 28 de agosto de 2017 a Companhia aprovou através de uma Reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$88.832, pagos em 27 de setembro de 2017. Do valor total dos dividendos, o montante de R\$36.832 foi pago com base no lucro líquido do exercício em curso e o montante de R\$52.000 com base nas reservas de lucros da Companhia. Os dividendos intercalares pagos durante o exercício constituem-se em antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

A Diretoria da Companhia encaminhará para apreciação do Conselho de Administração, em reunião a ser realizada em 20 de março de 2018, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, contemplando a proposta de distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$2.796 (R\$0,0312 por ação), sujeita à aprovação posterior da Assembleia Geral da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 22. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos-Continuação

## b) Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95

A Companhia, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou os juros sobre o capital próprio pagos ou creditados no exercício em contrapartida à rubrica de "despesas financeiras". Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, esses juros são revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, conforme determinado pelas práticas contábeis. Sobre tais juros, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa.

Em 26 de junho de 2017, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos para o primeiro semestre de 2017 a título de juros sobre o capital próprio no valor de R\$21.540 pagos em 28 de julho de 2017.

Em 18 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos para o segundo semestre de 2017 a título de juros sobre o capital próprio no valor de R\$20.920 pagos em 05 de janeiro de 2018.

Os juros sobre o capital próprio creditados durante o exercício constituem-se em antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

# 23. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o exercício findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

#### a) Lucro básico por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria (Nota 21.5).

Lucro líquido do exercício (em milhares de reais)
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)
Lucro básico por ação - R\$

31/12/2017	31/12/2016
154.470	116.149
89.361	88.786
1,7286	1,3082

04/40/0040

04/40/0047

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 23. Resultado por ação--Continuação

## b) <u>Lucro diluído por ação</u>

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais diluidoras referentes a opção de compra de ações conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício (em milhares de reais)	154.470	116.149
Média ponderada de ações emitidas (em milhares) Ajuste por opções de compra de ações (em milhares)	89.361 701	88.786 551
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (em milhares)	90.062	89.337
Lucro diluído por ação - R\$	1,7152	1,3001

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

# 24. Receita operacional líquida

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
B 21 4 4 4				
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	1.274.019	1.152.217	1.524.408	1.402.008
Mercado externo	12.264	72.704	154.465	152.139
Devolução de vendas	(28.718)	(27.433)	(71.676)	(69.801)
Descontos e abatimentos	(1.667)	(2.787)	(1.667)	(2.787)
Impostos sobre vendas	(185.460)	(177.585)	(245.056)	(242.449)
Receita operacional líquida	1.070.438	1.017.116	1.360.474	1.239.110

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 25. Informações por segmento

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como calçados, bolsas e acessórios. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda;
- a sua unidade fabril opera para mais do que uma marca e canal de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas (Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman e Fiever) e canais (franquias, multimarca, lojas próprias e web commerce) diferentes, no entanto, são controlados e gerenciados pela Administração como um único segmento de negócio, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta consolidada por marca e canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

Consolidado		
31/12/2017	31/12/2016	
1.678.873	1.554.147	
873.839	803.779	
451.420	457.648	
157.259	119.357	
41.890	21.224	
154.465	152.139	
Consolidado		
31/12/2017	31/12/2016	
1.678.873	1.554.147	
748.055	686.334	
343.749	303.661	
298.692	301.315	
128.973	108.080	
4.939	2.618	
	31/12/2017  1.678.873  873.839  451.420  157.259  41.890  154.465  Consc  31/12/2017  1.678.873  748.055  343.749  298.692	

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica pois representa em 31 de dezembro de 2017 9% (10% em 31 de dezembro de 2016) da receita bruta. Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 5% das vendas no mercado interno e externo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 26. Despesas por natureza

As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza:

	Controladora		Controladora Consolida		lidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Despesas por função					
Custo dos produtos vendidos	(680.591)	(675.547)	(736.706)	(689.819)	
Despesas comerciais	(157.192)	(136.479)	(334.215)	(302.708)	
Despesas administrativas e gerais	(98.621)	(78.347)	(113.816)	(92.846)	
Outras despesas operacionais, líquidas	(1.616)	(4.953)	(2.104)	(2.411)	
	(938.020)	(895.326)	(1.186.841)	(1.087.784)	
				_	
	Contro	ladora	Conso	lidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Despesas por natureza					
Depreciação e amortização	(19.188)	(18.391)	(32.632)	(25.815)	
Despesas com pessoal	(128.769)	(104.753)	(207.531)	(180.358)	
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(684.096)	(679.137)	(742.511)	(695.629)	
Fretes	(19.934)	(18.562)	(27.879)	(23.927)	
Despesas com ocupação de lojas	•	-	(40.117)	(35.946)	
Outras despesas operacionais	(86.033)	(74.483)	(136.171)	(126.109)	
	(938.020)	(895.326)	(1.186.841)	(1.087.784)	

# 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

## a) Valor justo

O quadro a seguir apresenta o valor contábil ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia:

		Conso	lidado	
	31/12/	2017	31/12/2	2016
	Valor	Valor	Valor	Valor
	contábil	Justo	contábil	Justo
Caixa e bancos Aplicações financeiras Contas a receber de clientes Empréstimos e financiamentos Fornecedores	10.156	10.156	5.020	5.020
	327.764	327.764	237.824	237.824
	348.444	348.444	328.980	328.980
	181.745	181.717	106.049	106.049
	104.416	104.416	66.445	66.445

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

## a) Valor justo--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017, os ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão classificados nas seguintes categorias de instrumentos financeiros:

	Mensuração		
	Valor justo	Custo amortizado	
Ativos	•	•	
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e bancos	-	10.156	
Contas a receber de clientes	-	348.444	
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado Aplicações financeiras	327.764	-	
Passivos			
Outros passivos financeiros			
Fornecedores	-	104.416	
Empréstimos e financiamentos	-	181.717	

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, CDB - Certificado de Depósito Bancário e LFT - Letras Financeiras do Tesouro (Nota 6).
- Caixa e bancos, clientes e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar
   Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos e financiamentos São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

## a) <u>Valor justo--Continuação</u>

#### a.1) Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos:

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente:

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a Companhia adota a técnica de avaliação de preços cotados nos mercados ativos (Nível 1) e a técnica de avaliação de preços observáveis (Nível 2).

## b) <u>Hedge de investimentos líquidos em operações no exterior (net investment hedge)</u>

A Companhia, após captação dos recursos financeiros em dezembro de 2017 e com base no pronunciamento técnico, designou como *hedge* os instrumentos financeiros detidos pela Companhia no valor de US\$30.000 para proteção de risco de variação da moeda estrangeira do investimento no exterior de US\$ 18.663. O valor dos instrumentos designados está acrescido do *gross* –*up* do imposto de renda e a contribuição sindical à alíquota de 34% conforme legislação vigente, para fins de análise de efetividade do *hedge accounting*.

A contabilização dos efeitos do hedge de investimento líquido foi feita em conformidade com o disposto no pronunciamento técnico CPC 38 e IAS 39 - Instrumentos Financeiros. Para tanto, a Companhia efetuou a designação formal da operação documentando neste memorando, principalmente: (i) objetivo do *hedge*; (ii) tipo de *hedge*; (iii) natureza do risco a ser coberto; (iv) identificação do objeto de cobertura; (v) identificação do instrumento de cobertura; e a (vi) demonstração da correlação do *hedge* e o objeto de cobertura (teste de efetividade retrospectivo).

A Companhia avalia, tanto no início da cobertura do *hedge* quanto em uma base contínua, se os instrumentos designados em operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação das alterações dos objetos de *hedge* sobertos. Quando um instrumento de *hedge* é vendido, terminado, vencido ou exercido, o ganho ou perda cumulativo não realizado, que tinha sido reconhecido na demonstração do resultado abrangente, é imediatamente reportada na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

## b) <u>Hedge de investimentos líquidos em operações no exterior (net investment hedge)--</u> Continuação

A aplicação do teste de efetividade descritos nas práticas contábeis demonstrou a efetividade dos instrumentos financeiros. Desta forma, em 31 de dezembro de 2017 não houve ineficiência reconhecida no resultado decorrente dos hedges de investimento líquido no exterior, consequentemente, os ganhos ou as perdas foram integralmente registrados no patrimônio líquido da Companhia.

## c) Exposição a riscos cambiais

O resultado das operações da Companhia e de suas controladas é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte das receitas de vendas, estão vinculadas a esta moeda. Para minimizar o risco cambial, quase a totalidade de suas exportações possui financiamentos atrelados à respectiva moeda.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor da exposição líquida vinculada ao dólar norte-americano, é representado por:

	Consolidado			
	31/12/2017	31/12/2016		
Contas a receber	30.055	42.409		
Empréstimos e financiamentos	(55.381)	(51.809)		
Exposição líquida	(25.326)	(9.400)		

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Além desse cenário a CVM por meio da Instrução nº 475 de 17 de dezembro de 2008 ("Instrução CVM 475") determinou que fossem apresentados mais dois cenários com uma apreciação de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

		Cenario provável		
<u>Operação</u>	Moeda	(Valor contábil)	Cenário A	Cenário B
Depreciação da taxa de câmbio Contas a receber em moeda estrangeira Empréstimos e financiamentos em	R\$	30.055	37.569	45.083
moeda estrangeira	R\$	(55.381)	(69.226)	(83.072)
Depreciação da Taxa em Referência para Taxa de Câmbio			25%	50%
Dólar	R\$	3,31	4,13	4,96
Efeito no lucro antes da tributação		-	(6.331)	(12.663)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

## d) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados vinculados à TJLP. As taxas estão divulgadas na Nota 16.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de empréstimos e financiamentos apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Consolidado		
	31/12/2017		
Juros fixos Juros com base na TJLP e Libor	56.004 125.741 181.745	31% 69% 100%	
=	101.745	100%	

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Com base nos valores da TJLP e da Libor vigentes em 31 de dezembro de 2017, foi definido o cenário provável para o ano de 2017 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50% conforme requerido pela Instrução CVM nº 475.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2017 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Moeda	Cenário Provável	Cenário A	Cenário B
Aumento de despesa financeira				
Financiamentos – TJLP	R\$	1.852	2.315	2.778
Financiamentos – Libor	R\$ _	2.025 3.877	2.532 4.847	3.038 5.816
Apreciação da taxa em Referência para passivos financeiros			25%	50%
TJLP Libor		7,00% 2,04%	8,75% 2,55%	10,50% 3,06%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

## e) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores das vendas mercantis e dos serviços prestados a seus clientes.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O saldo a receber de clientes é substancialmente denominado em reais e está distribuído em diversos clientes. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem feito avaliação individual para adesão de novos clientes, mas, como uma prática de mercado, só requer recebimento antecipado para clientes considerados de alto risco. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A Administração monitora o risco da carteira de recebíveis semanalmente e, em caso de análise de riscos de não recuperação do crédito, ajusta a demonstração do resultado da Companhia. A análise é sobre os recebíveis vencidos com prazo superior a 30 dias, histórico de pagamentos dos clientes, garantias ofertadas e renegociações firmadas com avais. Os valores registrados em perdas efetivas ou provisão para perdas refletem o contas a receber não recuperáveis e casos de risco de baixa recuperação.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas utilizam instituições financeiras de primeira linha.

#### f) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			
	Até um	De 1 a 5		
	ano	anos	Mais de 5 anos	Total
	404 705		00	400.070
Empréstimos e financiamentos	164.705	18.909	62	183.676
Fornecedores	104.416	-	-	104.416

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

## g) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital, durante os exercícios findos em 2017 e 2016.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 podem ser assim sumariados:

	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	
Empréstimos e financiamentos	(181.745)	(106.049)	
Caixa e equivalentes de caixa	` 10.156	` 5.02Ó	
Aplicações financeiras	327.764	237.824	
Sobra líquida de caixa e equivalentes de caixa	156.175	136.795	
Total do capital	664.960	669.699	

## 28. Resultado financeiro

	Controladora		Controladora Consc	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras:				
Juros recebidos	4.648	4.834	4.658	4.908
Rendimento de aplicações financeiras	20.736	26.362	23.707	27.888
Outras receitas	1.191	1.393	1.676	1.618
	26.575	32.589	30.041	34.414
Despesas financeiras: Taxa de administração de cartão de crédito Descontos concedidos Juros sobre financiamentos Despesas bancárias Despesas com custas cartoriais Outras despesas	(2.393) (1.590) (2.829) (2.234) (661) (9.707)	(5.667) (3.023) (2.500) (2.050) (432) (13.672)	(6.758) (2.436) (3.214) (4.151) (2.250) (974) (19.783)	(6.397) (5.771) (3.361) (3.308) (2.099) (1.492) (22.428)
Variação cambial, líquida	(2.100)	(6.102)	(958)	(6.312)
Total	14.768	12.815	9.300	5.674

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Plano de opção de ações e ações restritas	(6.014)	(4.177)	(6.014)	(4.177)
Taxa de franquia	2.104	1.103	2.104	1.103
Recuperação de despesas	1.869	934	1.910	939
Resultado na alienação de imobilizado				
e intangível	19	(212)	(479)	3
Outras receitas (despesas)	406	(2.601)	375	(279)
	(1.616)	(4.953)	(2.104)	(2.411)

## 30. Compromissos com arrendamento operacional – locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía contratos de locação firmados com terceiros para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Valor dos
	pagamentos
	mínimos em
	31/12/2017
	(Consolidado)
Até um ano	23.007
Acima de um ano e até cinco anos	52.485

A despesa média mensal de aluguéis pagos é de R\$3.054 (R\$2.739 em 2016). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade entre quatro a cinco anos, sujeitos a encargos financeiros referentes a variação do IGPM ao ano, conforme especificado em cada contrato.

Em 31 de dezembro de 2017, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$36.652 (R\$32.871 em 31 de dezembro de 2016). O saldo da conta "Aluguéis a pagar" é de R\$184(R\$1.545 em 31 de dezembro de 2016).

Parcela substancial dos aluguéis é vinculada ao faturamento das lojas, existindo um valor mínimo previsto. Adicionalmente o período de carência contratual não é representativo para fins de atendimento à previsão de linearização das despesas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 31. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro 2017, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas, assim demonstradas:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura - R\$
Estoques e imobilizado	Incêndio Responsabilidade civil	162.000 20.000

## 32. Pagamento baseado em ações

#### 32.1 Plano de opções de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram um Plano de Opções de ações para administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, que passou a vigorar a partir da mesma data. O Plano de Opções é administrado pelo Conselho de Administração, que poderá ao seu critério instituir um Comitê para a gestão do Plano de Opções.

O Plano de Opções está limitado a um máximo de opções que resulte em uma diluição de 5% do capital social da Companhia. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade máxima de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

Em 28 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a primeira outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da primeira outorga do Plano de Opções é de 386.404 opções, sendo 68.231 opções do Lote I e 318.173 opções do Lote II.

Em 27 de maio de 2013, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da segunda outorga do Plano de Opções é de 686.901 opções, sendo 25.757 opções do Lote I e 661.144 opções do Lote II.

Em 26 de maio de 2014 o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opções de ações no âmbito do Plano de opções. O total de opções objeto da terceira outorga do Plano de Opções de Ações é 974.237 opções, sendo 29.395 do Lote I e 944.842 do Lote II.

Em 25 de maio de 2015 o Conselho de Administração aprovou a quarta outorga de opções de ações no âmbito do Plano de opções. O total de opções objeto da quarta outorga do Plano de Opções de Ações é 942.079 opções, sendo 73.955 do Lote I e 942.079 do Lote II.

Em 03 de junho de 2016 o Conselho de Administração aprovou a quinta outorga de opções de ações no âmbito do Plano de opções. O total de opções objeto da quarta outorga do Plano de Opções de Ações é 1.284.986 opções, sendo 99.538 do Lote I e 1.185.448 do Lote II.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# **32. Pagamento baseados em ações**--Continuação

## 32.1 Plano de opções de ações--Continuação

O Plano de Opções prevê que as opções do Lote I outorgadas aos participantes do Plano de Opção: (i) tornar-se-ão exercíveis no dia útil subsequente à respectiva data de outorga; (ii) poderão ser exercidas dentro do período de 30 dias, contados da data em que se tornarem exercíveis; e (iii) as ações decorrentes do seu exercício não poderão ser negociadas durante o período de vedação à negociação de 3 anos, a contar da data de exercício. Se, antes do término do período de vedação à negociação acima mencionado, o participante se desligar da Companhia por vontade própria pedindo demissão do seu emprego, renunciando ao seu cargo de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço, ou por vontade da Companhia, mediante demissão por justa causa, destituição do cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo contrato de prestação de serviço, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, recomprar as ações restritas pelo preço de exercício pago pelo participante para aquisição das ações restritas.

Por sua vez, os participantes do Plano de Opções poderão exercer suas opções do Lote II dentro do período de até 3 anos contados da data em que se tornarem exercíveis. O período de carência (vesting) será de até 3 anos para cada liberação que ocorrerá na seguinte proporção: 25% a partir do primeiro aniversário da respectiva data de outorga, 25% a partir do segundo aniversário da respectiva data de outorga.

## Composição, movimentação e valor justo das opções

A composição para o plano de opções, considerando os prazos de carência para exercício das opções, está demonstrada a seguir:

	Quantidade máxima de ações				
Prazo de carência a partir da outorga	1ª Outorga	2ª Outorga	3ª Outorga	4ª Outorga	5ª Outorga
Até 30 dias da data da outorga A partir do primeiro aniversário A partir do segundo aniversário A partir do terceiro aniversário Total	45.059 54.731 54.731 109.462 263.983	22.539 158.228 158.228 316.455 655.450	21.744 195.787 195.787 391.572 804.890	52.741 162.992 162.992 325.984 704.709	53.735 176.476 176.476 352.952 759.639

	1 <sup>a</sup> Outorga	2 <sup>a</sup> Outorga	3 <sup>a</sup> Outorga	4 <sup>a</sup> Outorga	5 <sup>a</sup> Outorga
Saldo em 31/12/2015 Opções outorgadas Opções exercidas Opções baixadas (*)	60.806 - (45.658) (11.819)	407.506 - - (38.814)	695.084 - - (85,606)	643.928 - - (88.408)	759.639 (53.735)
Saldo em 31/12/2016	3.329	368.692	609.478	555.520	705.904
Opções exercidas Opções baixadas (*) Saldo em 31/12/2017	(2.225) (50) 1.054	(352.114) (250) 16.328	(574.292) (1.000) 34.186	(1.004) (81.874) 472.642	(90.496) 615.408

<sup>(\*)</sup> Opções baixadas pelo desligamento de funcionários participantes do plano de opções de ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 32. Pagamento baseados em ações--Continuação

## 32.1 Plano de opções de ações--Continuação

Em atendimento ao IFRS 2/ CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado tomando-se por base os prazos de carência apresentados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apurou o montante de R\$3.283 (R\$4.177 em 31 de dezembro de 2016) referente à despesa do plano de opções reconhecida no resultado com contrapartida do patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções da outorga de 2012 foi o método Black & Scholes, enquanto para as outorgas de 2013 a 2016, a Administração definiu pela utilização do modelo Binomial.

Na determinação do valor justo das opções das ações, foram utilizadas as premissas abaixo:

	1ª Ou Junho		2ª Ou Junho		3ª Ou Junho		4ª Ou Junho	•	5ª Ou Junho	•
Lote	ı	II	1	II	ı	II	1	II		II
Quantidade de ações										
1º Vencimento	68.231	79.543	25.757	165.286	29.395	236.211	73.955	217.031	99.538	296.362
2º Vencimento	N/A	79.543	N/A	165.286	N/A	236.211	N/A	217.031	N/A	296.362
3º Vencimento	N/A	159.087	N/A	330.572	N/A	472.420	N/A	434.062	N/A	592.724
Preço de exercício - (R\$)	20,86	20,86	27,61	27,61	18,42	18,42	19,91	19,91	17,68	17,68
Valor justo por opção - (R\$)										
1º Vencimento	6,66	9,05	7,36	13,82	4,95	9,82	1,55	8,52	6,66	6,16
2º Vencimento	N/A	11,33	N/A	16,37	N/A	10,22	N/A	9,23	N/A	4,15
3º Vencimento	N/A	13,32	N/A	16,72	N/A	11,47	N/A	9,84	N/A	2,68
Dividendos esperados	-	-	4,85%	4,85%	5,03%	5,03%	1,89%	1,89%	1,56%	1,56%
("Dividend yield")										
Volatilidade do preço da	40,36%	40,36%	36,29%	41,18%	27,95%	40,91%	24,93%	31,69%	24,01%	32,40%
ação										
Taxa de juro livre de risco										
1º Vencimento	8,50%	7,81%	7,86%	10,47%	10,81%	11,75%	13,41%	12,48%	14,12%	12,59%
2º Vencimento	N/A	8,59%	N/A	10,60%	N/A	11,80%	N/A	12,33%	N/A	12,62%
3º Vencimento	N/A	9,35%	N/A	10,69%	N/A	11,86%	N/A	12,25%	N/A	12,68%
Período esperado até o										
vencimento - (dias corridos)										
1º Vencimento	30	365	30	365	30	365	30	365	30	365
2º Vencimento	N/A	730								
3º Vencimento	N/A	1.095								

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 32. Pagamento baseados em ações--Continuação

## 32.2 Plano de ações restritas

Em 23 de junho de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária, a estruturação e implementação do novo plano de ações restritas da Companhia foi aprovada. E em 28 de agosto de 2017, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a celebração dos contratos de outorga de ações restritas entre a Companhia e os Beneficiários, nos termos do Plano de Ações Restritas e do 1.º Programa de Outorga.

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de ações restritas aos administradores e empregados da Companhia, ou de outra sociedade sob seu controle (os "Beneficiários"), selecionados pelo Conselho de Administração, sujeitos a determinadas condições, com o objetivo de: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades sob seu controle; (b) incentivar a melhoria da gestão da Companhia e das sociedades sob o seu controle, conferindo aos Beneficiários a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo; (c) alinhar os interesses dos Beneficiários com os interesses dos acionistas; e (d) estimular a permanência dos administradores e empregados na Companhia ou nas sociedades sob seu controle.

Para fins desse plano, o Conselho de Administração poderá, mediante prévia recomendação do Comitê, outorgar um número de ações ordinárias, nominativas e escriturais de emissão da Companhia, não excedente a 5% (cinco por cento) das ações do capital social total da Companhia na data de aprovação do Plano.

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Beneficiários em relação às Ações Restritas somente serão plenamente adquiridos se os Beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administradores ou empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, e atingirem as métricas de desempenho estabelecidas em cada Programa e nos respectivos Contratos de Outorga dos Beneficiários, no período compreendido entre a Data de Outorga e as datas a seguir, nas seguintes proporções:

- (i) até 10% (dez por cento) após o 1º aniversário da Data de Outorga;
- (ii) até 10% (dez por cento) após o 2º aniversário da Data de Outorga;
- (iii) até 20% (vinte por cento) após o 3º aniversário da Data de Outorga; e
- (iv) até 60% (sessenta por cento) após o 4º aniversário da Data de Outorga.

Não obstante o disposto nos itens (i) a (iv) acima, o Beneficiário poderá receber um acréscimo de até 10% (dez por cento) do número total de Ações Restritas outorgadas pelo Conselho de Administração, caso venha a superar as métricas de desempenho estabelecidas no Programa e no respectivo Contrato de Outorga, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração, podendo este ainda, a seu critério, estabelecer prazos diversos para a aquisição do direito às Ações Restritas outorgadas.

Com o propósito de satisfazer a outorga de Ações Restritas nos termos do Plano, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, alienará ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada, sem custo para os Beneficiários, nos termos da ICVM 567.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 32. Pagamento baseados em ações--Continuação

## 32.2 Plano de ações restritas--Continuação

	Data da outorga	Carência tranche	Quantidade
1 <sup>a</sup> Outorga	28/08/2017	N/A	534.270
1ª vencimento	N/A	27/08/2018	53.427
2ª vencimento	N/A	27/08/2019	53.427
3ª vencimento 4ª vencimento	N/A N/A	27/08/2020 27/08/2021	106.854 320.562

Em atendimento ao IFRS 2/ CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações. O valor foi calculado tomando-se por base os prazos de carência apresentados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apurou o montante de R\$2.730 referente à despesa do plano de ações restritas reconhecida no resultado com contrapartida do patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital.

Na determinação do valor justo das restritas, foram utilizadas as premissas abaixo:

	1ª outorga
Quantidade de ações	
1º Vencimento	53.427
2º Vencimento	53.427
3º Vencimento	106.854
4º Vencimento	320.562
Preço de ação - (R\$)	35,50
Valor justo por ação - (R\$)	
1º Vencimento	34,73
2º Vencimento	33,97
3º Vencimento	33,24
4º Vencimento	32,51
Dividendos esperados ("Dividend yiel	<i>ld"</i> ) 2,20%
Volatilidade do preço da ação	
1º Vencimento	32,21%
2º Vencimento	36,51%
3º Vencimento	36,55%
4º Vencimento	36,75%
Taxa de juro livre de risco	
1º Vencimento	7,88%
2º Vencimento	8,37%
3º Vencimento	8,97%
4º Vencimento	9,40%
Período esperado até o vencimento -	(anos)
1º Vencimento	1
2º Vencimento	2
3º Vencimento	3
4º Vencimento	4

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 33. Subvenções governamentais

## Crédito presumido de ICMS

- a) O Estado do Espírito Santo, através das Portarias 088-R de 29 de outubro de 2015 e 077-R de 01 de junho de 2016, inscreveu a Companhia, por sua Controladora e uma Controlada, respectivamente, no Cadastro do Contrato de Competitividade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento para concessão de benefício fiscal relativo ao ICMS.
- O Estado do Rio Grande do Sul, através de regulamento interno estadual, beneficia os CNAE (Classificação nacional de atividade econômicas) referentes atividades de fabricação de calçados com crédito presumido de ICMS sobre suas vendas interestaduais.

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Benefícios fiscais ICMS ES (a) Benefícios fiscais ICMS RS (b)	52.462 -	34.195	64.265 393	40.577 357	
Total	52.462	34.195	64.658	40.934	

Com a publicação da Lei Complementar 160 em 07 de agosto de 2017, onde os benefícios fiscais ofertados no âmbito de ICMS passam a ser caracterizados como subvenção para investimento e consequentemente não mais ofertados à tributação do Imposto de Renda e Contribuição Social, em 31 de dezembro de 2017 a Companhia constituiu Reserva para Incentivos Fiscais no montante de R\$64.658 referentes aos incentivos fiscais em que foi beneficiada no exercício.